



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões

MISSÃO: *Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.*

A C Ó R D ã O Nº 6.069

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 18.708.2007-87-TCE (C/02 Anexos e Processos nºs 18.607.2007-75-TCE e 18.608.2007-86-TCE – Apensos).
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Feijó, exercício de 2006.
RESPONSÁVEL: Senhor **Francimar Fernandes de Albuquerque**.
RELATORA: Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos**.

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Irregularidade. Condenação. Devolução. Aplicação de multa ao gestor. Remessa de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **EM DESTAQUE: 1) condenar** o Senhor Francimar Fernandes de Albuquerque a devolver aos cofres da Municipalidade, a importância devidamente atualizada de R\$ 1.320.860,89 (um milhão, trezentos e vinte mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos), relativa a diferença do saldo declarado que se transferiu do exercício anterior para o exercício seguinte, sem a devida comprovação e o saldo a menor da conta bens móveis, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias, para cumprimento; **2) aplicar multa** ao ex-gestor de 10% (dez por cento) sobre todo o valor a ser devolvido, com fulcro no art. 88, da LCE nº 38/93, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) remeter** cópia do apurado ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender adotar, ante as irregularidades praticadas e o que consta dos arts. 359-B, 359-C e 359-F, do Código Penal Brasileiro. **Vencidas em parte** a Conselheira-Relatora que votou ainda pela devolução de restos a pagar sem a devida cobertura financeira no valor de R\$ 1.378.364,30 (um milhão, trezentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos) e pela aplicação de multa de 30% (trinta por cento) com base nos vencimentos anuais do gestor e o não contingenciamento da despesa, ultrapassando os limites legais em cumprimento ao art. 5º, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 10.028/2000 e a **Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo** que votou pela abertura de processo autônomo para apurar a responsabilidade do gestor. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.-.-.-.-.-.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 09 de julho de 2009.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Presidente do TCE/AC.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA DOS SANTOS**
Relatora

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE.

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br